

O plenário da Câmara dos Deputados esteve lotado ontem. Mas não havia nenhuma sessão extraordinária a motivar o comparecimento, na manhã ensolarada de Brasília, dos par-

lamentares ao prédio do Congresso Nacional. Os 447 convocados eram, na verdade, funcionários da Câmara que, sob a promessa de pagamento de um jeton correspondente a duas

diárias de seus salários, concordaram em fazer o papel dos constituintes e testar o novo sistema eletrônico que será usado nas votações.

Trabalho não avança na Sistematização

— “Apreciação do caput”, “subdivisão do destaque”, “preferência automática”, “substitutivo zero”, e “catacumba de pleonismo”. Parece literatura mas esse emaranhado de expressões ininteligíveis marcaram o domingo de votação do projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral. Ao final, o senador Afonso Arinos, queixando-se de dor no peito, perdeu a paciência: “Vou tocar a campanha para chamar a atenção de todos vocês”. Diante de um microfone, um parlamentar não identificado exclamou: “É... para todo lado”.

Desde o início dos trabalhos, às 15h30m, o senador Afonso Arinos já previa que a sessão não correria bem. Quando cinquenta minutos haviam passado sem que se conseguisse votar qualquer coisa, ele disse ao microfone: “Eu não posso ouvir porque estão falando alto

atrás de mim. Não posso entender, porque estão todos falando ao mesmo tempo. E não posso decidir, porque não estou ouvindo, nem estou entendendo”. Aos 60 minutos do início da sessão, ele convocou o grupo mais briguento para, numa conversa em particular chegar a um acordo sobre o início da votação.

Avanço O grupo era composto por José Genoíno, José Richa, Carlos Sant’anna e Lysâneas Maciel. A discussão era para saber se Lysâneas podia submeter à votação um pedido de destaque (artigo pinçado do projeto de Constituição) para votação subdividida em diversos itens.

Ao final de cinquenta minutos de discussão, o grupo voltou ao plenário e Afonso Arinos comemorou o fato de que já havia um acordo. Depois de protestos, contradições, gritos e até ofensas pessoais, o

destaque, que incluía no projeto a permissão para a pena de morte em caso de guerra externa, foi rejeitado. “Graças a Deus, avançamos os trabalhos”, celebrou Afonso Arinos.

Mas até 7 da noite, a Comissão de Sistematização não conseguiu votar mais nada, embora brigando exaustivamente para saber se o senador José Richa poderia submeter à votação um pedido de destaque proibindo o aborto e prevendo modificações em outros artigos do projeto. A deputada Sandra Cavalcante ocupou a tribuna para defender o destaque, falando da necessidade de o projeto incluir um dispositivo protegendo a vida desde a concepção, a integridade física e mental, a segurança, a propriedade e a liberdade do cidadão. Nesse mesmo discurso, ela defendeu um artigo pedindo pena rigorosa para o crime de terrorismo.